

Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento

Eduardo Rodrigues

Brasília, 28 de outubro de 2009.



Ministério
do Planejamento



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

ESTRUTURA



VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Objetivo: Construir uma visão estratégica nacional para o horizonte de 2027, a qual orientasse uma proposta de organização territorial.
- Método:
 - Análise de documentos nacionais e internacionais
 - Identificação das possíveis trajetórias de desenvolvimento
 - Identificação de imperativos nacionais e globais e de fatos portadores de futuro
 - Análise da configuração territorial atual (Territórios da Estratégia)
 - Construção da VE e definição dos Vetores de Desenvolvimento Territorial

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

OBJETIVOS

1. Superar as desigualdades sociais e regionais (condiciona os demais)
2. Fortalecer a unidade (coesão) social e territorial
3. Promover o potencial de desenvolvimento das regiões
4. Valorizar a inovação e a diversidade cultural e étnica da população brasileira
5. Promover o uso sustentável dos recursos naturais encontrados no território brasileiro
6. Apoiar a integração sul-americana
7. Apoiar a inserção competitiva e autônoma do país no mundo globalizado



MEIOS

Sistema de logística
(amplia acessibilidade de agentes e mercadorias e se desdobra num conjunto expressivo de redes de infraestrutura)

Rede de cidades (organiza a estrutura urbana e responde pelo essencial das possibilidades de conexão internacional e nacional das aglomerações urbanas e metropolitanas)

Sistema de C,T&I (promove o alcance de outro padrão tecnológico e de comportamento das estruturas de produção e consumo)

Padrão de oferta de bens e serviços (define perfil produtivo e bases de interação espacial, estabelecendo padrão de especialização dos territórios)

FUNDAMENTOS

O **Modelo de consumo de massas**, para promover a **expansão** dos investimentos e criar círculo virtuoso baseado na inovação

A **Composição dos princípios de equidade e eficiência** para reduzir desigualdades e promover crescimento ao mesmo tempo

O **Papel do Estado** como principal promotor do desenvolvimento

O **Significado do Território** como guia capaz de fazer convergir as escolhas estratégicas

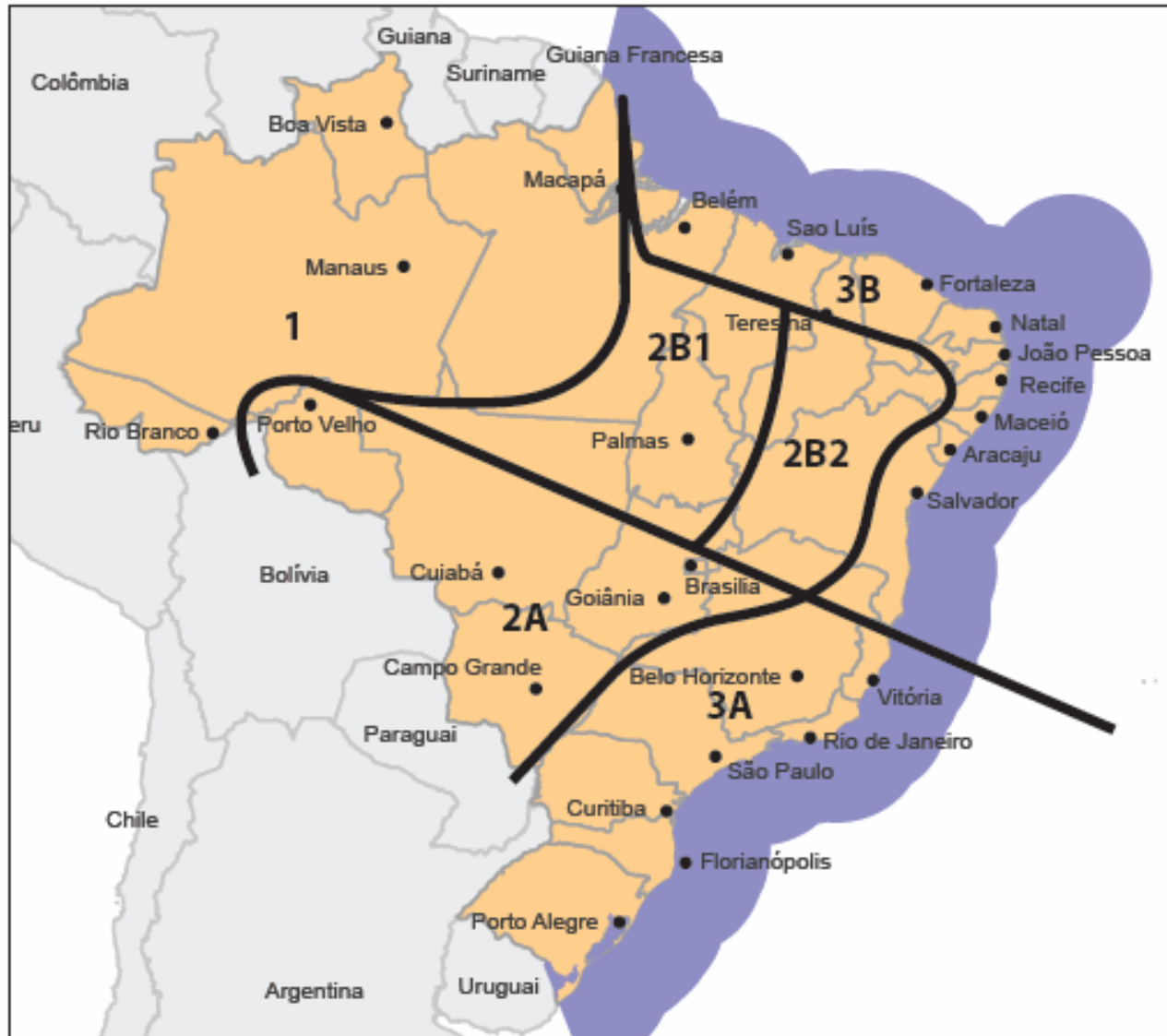
VALORES

Democracia
Liberdade
Equidade
Identidade Nacional
Sustentabilidade
Respeito à diversidade sócio-cultural
Soberania

VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Leitura da configuração territorial atual do país a partir da homogeneidade natural e de indicadores econômicos e sociais (Critério da Homogeneidade)
- Essa leitura permite:
 - Ver o Brasil segundo suas grandes diferenças macroespaciais, separando-se as áreas mais desenvolvidas das menos desenvolvidas
 - Ver as grandes diferenças de paisagens, separando-se, por exemplo, os biomas amazônico e da caatinga, os quais devem ser objeto de políticas especiais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- VETORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – compreendem as principais referências de orientação das ações de desenvolvimento e informam a Carteira de Investimentos do Estudo.
- Bioma Florestal Amazônico (1)
 - Revolução técnico-científica associada à biodiversidade, para valorizar decisivamente os produtos da floresta e de suas águas.
 - **Empreendedorismo regional, que abra espaço para novas fronteiras da inovação social e gerar atividades que valorizem a cultura regional.**
 - Implantação de uma logística integrada e adequada às especificidades da área.
 - Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, capaz de melhorar a provisão de serviços básicos à população.
 - Fortalecimento da presença do Estado e dos instrumentos de ordenamento territorial.

VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Centro-Oeste (2A)
 - Oferta de uma malha logística adequada em transporte e energia.
 - Consolidação da ocupação agroindustrial contemporânea, diversificando e ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira.
 - Desenvolvimento de iniciativa que aponte caminhos para superar os problemas fundiários e ambientais.
 - Fortalecimento dos elos que se estruturam no arco Brasília-Anápolis-Goiânia, o que ajudará a região a se tornar um pólo de atração de empreendimentos de base científica e tecnológica e serviços de alta complexidade.
 - Integração sul-americana baseada em complementaridade de recursos e projetos conjuntos, capazes de embasar uma agenda de desenvolvimento para o coração do continente.

VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Centro-Norte (2B1)
 - Ampliação intensiva da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agro-industrial ativa na área florestal desmatada localizada na confluência dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins.
 - Aproveitamento de grandes extensões de terras degradadas e/ou abandonadas pela antiga frente de expansão.
 - Modificação da estrutura da ocupação produtiva dos cerrados e ofertas de alternativas tecnologicamente densas de exploração agro-silvo-pastoril.
 - Desenvolvimento da conectividade interna da região a partir das cidades que cresceram com a nova dinâmica, como Barreiras e Balsas, ou mesmo Palmas.
 - Montagem de uma competência técnico-científica dedicada, voltada às questões das atuais formas produtivas.

VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Sertão Semi-árido Nordestino (2B2)
 - Promoção de amplo acesso à água e seu uso sustentável.
 - Apoio e impulso a atividades regionais adequadas ao ambiente e à cultura regionais.
 - Renovação e ampliação da logística para ampliar a acessibilidade, a integração e a revitalização dos núcleos urbanos.
 - Adensamento da base científico-tecnológica na área, com reforço ao ensino técnico profissionalizante.
 - Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda que o território demanda.

VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Litoral Sudeste-Sul (3A)
 - Fortalecimento das competências em CT&I do território, mobilizando-as para que contribuam diretamente na formação mais intensa de competências em outras partes do País.
 - Consolidação das articulações das cidades mundiais do País com as redes estabelecidas e pólos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma.
 - Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura socioprodutiva com países vizinhos.
 - Mudança das condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência.
 - Exploração sustentável dos recursos do mar e dos ambientes costeiros, incluindo pesca, transporte, lazer, exploração mineral e aspectos ligados à defesa.

VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

- Litoral Norte-Nordestino (3B)
 - Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda.
 - Diversificação econômico-produtiva de zonas dedicadas secularmente às monoculturas.
 - Distribuição ampla de ativos estratégicos pela população e pelas sub-regiões.
 - Fortalecimento e intensificação das relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros.
 - **Adensamento tecnológico e comercial das novas e velhas cadeias produtivas regionais.**

REGIÕES DE REFERÊNCIA

- Motivação para inclusão de um módulo de regionalização no Estudo:
 - Necessidade de que as políticas nacionais sejam operacionalizadas em múltiplas escalas territoriais
 - Necessidade de vencer as decisões desordenadas, tomadas isoladamente e fomentar os esforços coordenados, orientados pela consecução de determinado fim
 - Constatação da inadequação da regionalização atual
- Objetivo: Construir uma regionalização em duas escalas (macrorregional e sub-regional) que permite subsidiar a escolha e localização de projetos de investimentos, bem como a articulação de políticas públicas
- Já a seleção de pólos constitui-se em uma aposta estratégica na desconcentração e no desenvolvimento mais equilibrado do país (vértices de uma rede policêntrica de cidades).

REGIÕES DE REFERÊNCIA

- Método:
 - **Modelo Gravitacional:** Hierarquização dos centros urbanos por meio da comparação de seus índices de terceirização, e cálculo do índice de interação entre esses centros e as demais localidades geográficas.
 - **Permitiu a definição da região de interação de um pólo, ou seja, a demarcação de sua área de influência, levando em conta o poder de atração, determinado pela densidade do setor serviços e dos fluxos migratórios, tomando as distâncias reais, transformadas em tempo de acesso, entre os pólos, segundo a malha rodoviária e fluvial.**
 - Os resultados apontados pelo modelo foram ainda analisados à luz de critérios ambientais, sociais e institucionais (regionalização estaduais), o que permitiu a realização de alguns ajustes à regionalização.

REGIÕES DE REFERÊNCIA

- Método:
 - Especificidade na Amazônia:
 - Heterogeneidade e baixa densidade de ocupação, acompanhadas de bolsões de concentração urbano-industrial, não permitem que a lógica da polarização urbano-regional pelos serviços seja o principal elemento de organização do espaço
 - Utilização dos municípios como base da regionalização e não, das microrregiões oficiais
 - Identificados os pólos e suas respectivas áreas de influência, o próximo passo foi a identificação e seleção dos chamados “novos pólos”, nas escalas macro e sub-regional

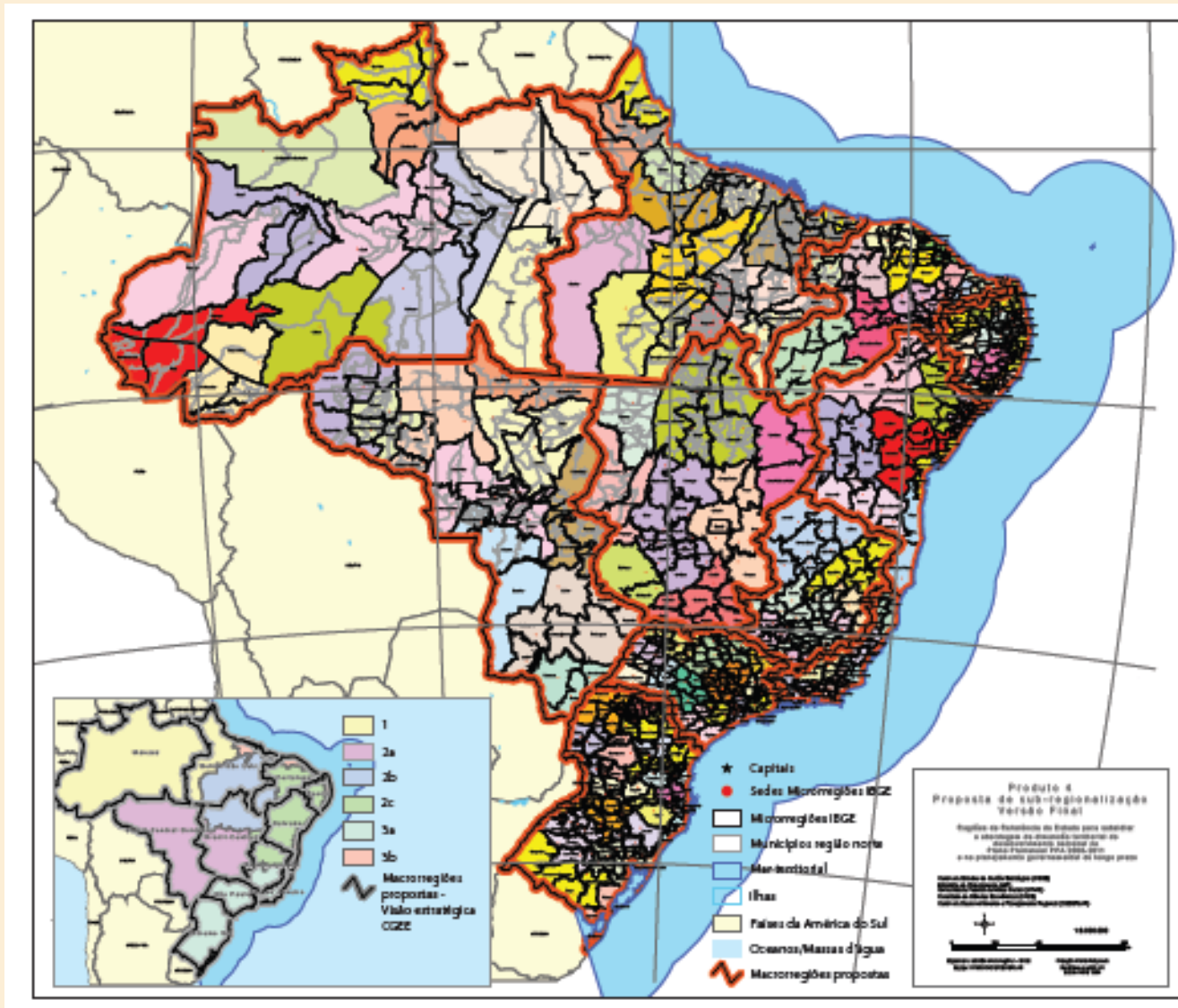
REGIÕES DE REFERÊNCIA

- Leitura da configuração territorial do país segundo as forças de estruturação e comando do território, refletidas pela rede de cidades e sua força polarizadora (Critério da Polarização)
- Essa leitura permite:
 - Visualizar e entender a atual estrutura macrorregional do país por meio da capacidade de comando do urbano sobre os grandes espaços
 - Avaliar as distorções no ordenamento do território
 - Indicar opções para o fortalecimento de novas centralidades e das respectivas redes de infra-estrutura e de equipamento urbano

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

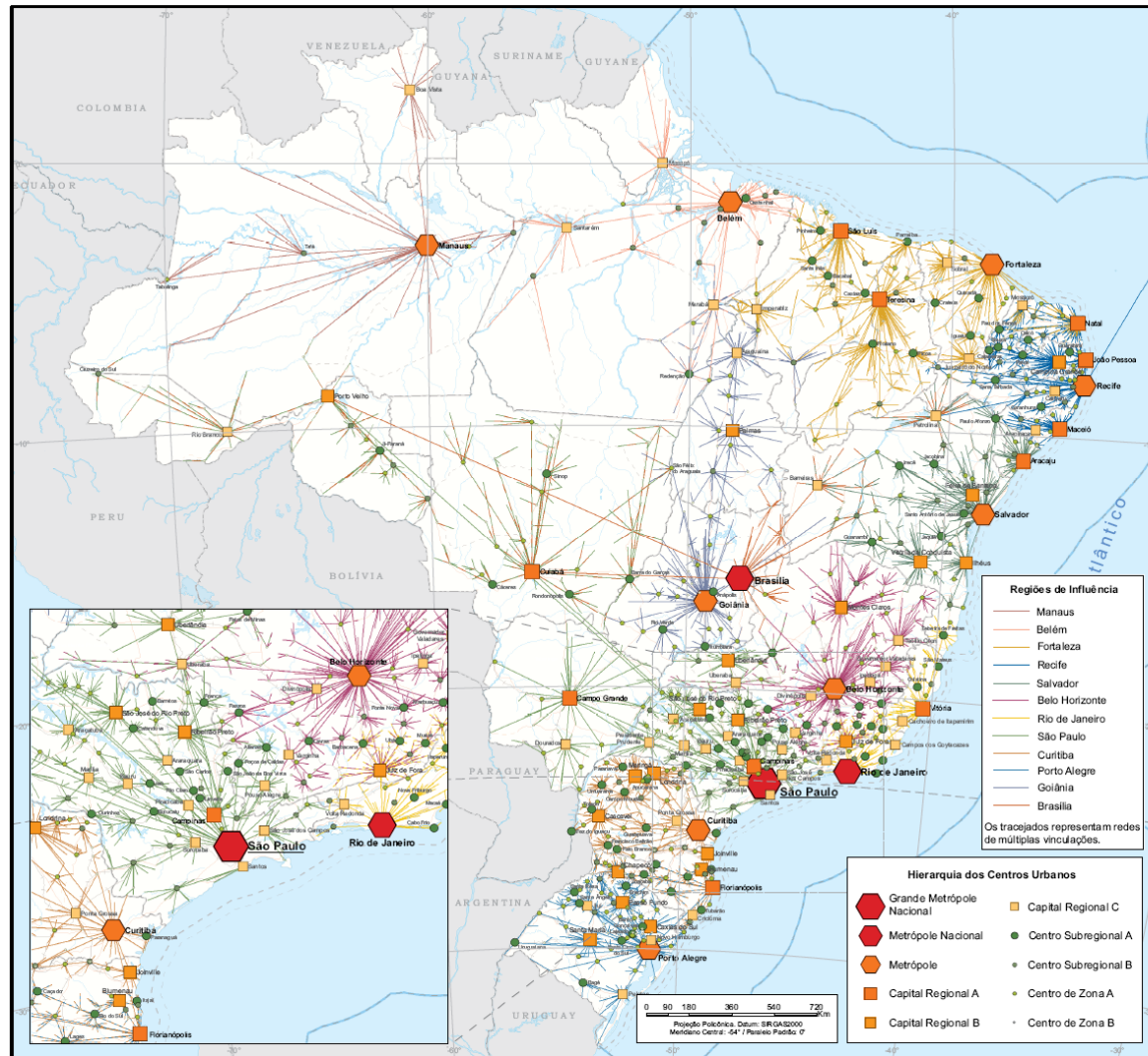


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



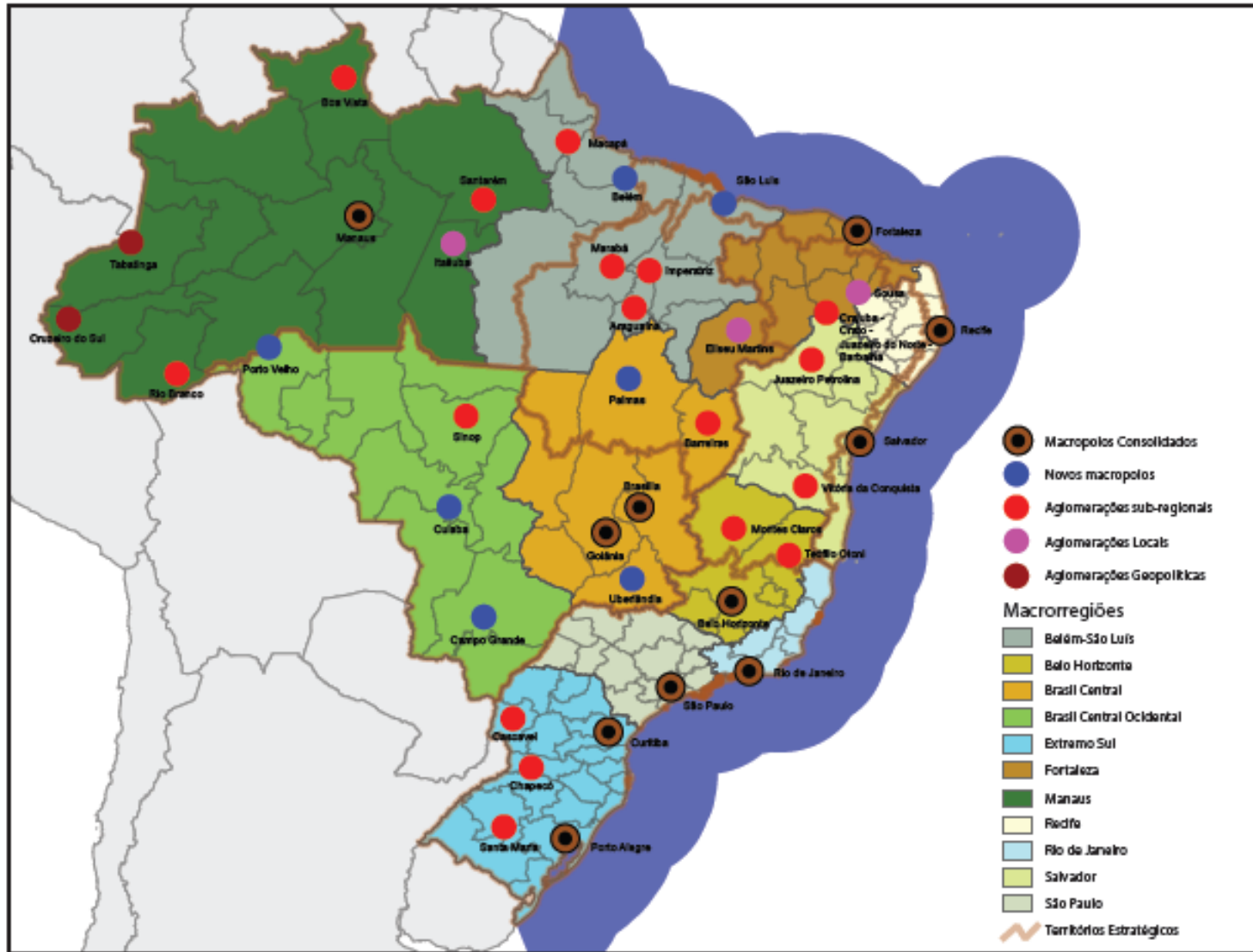
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Mapa 1 - Rede urbana - Brasil - 2007



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



ESTUDOS PROSPECTIVOS

- Objetivo: Analisar de forma prospectiva setores e temas de importante repercussão na dinâmica e organização territorial do país
- Método:
 - Definição do conjunto de setores e temas
 - Análise da trajetória futura dos 42 setores e temas a partir de notas técnicas encomendadas a importantes especialistas (território, futuro e investimento)
 - Análises cruzadas de setores e temas com vistas a identificar as grandes questões com as quais o país deverá se confrontar nos próximos 20 anos
 - Definição de um conjunto de 14 escolhas estratégicas

ESTUDOS PROSPECTIVOS

1. Ciência, Tecnologia e Inovação
2. Competitividade Sistêmica => integração das políticas macroeconômicas, institucionais, medidas regulatórias, infraestrutura econômica, capacitação profissional, financiamento dos investimentos de longo prazo, meio-ambiente e inclusão social
3. Multimodalidade e Opções Integradoras de Transporte
4. Telecomunicações e Inclusão Digital
5. Usos Múltiplos da Água
6. Restauração de Serviços de Ecossistemas e Adaptação a Mudanças Ambientais
7. Agriculturas Territoriais

ESTUDOS PROSPECTIVOS

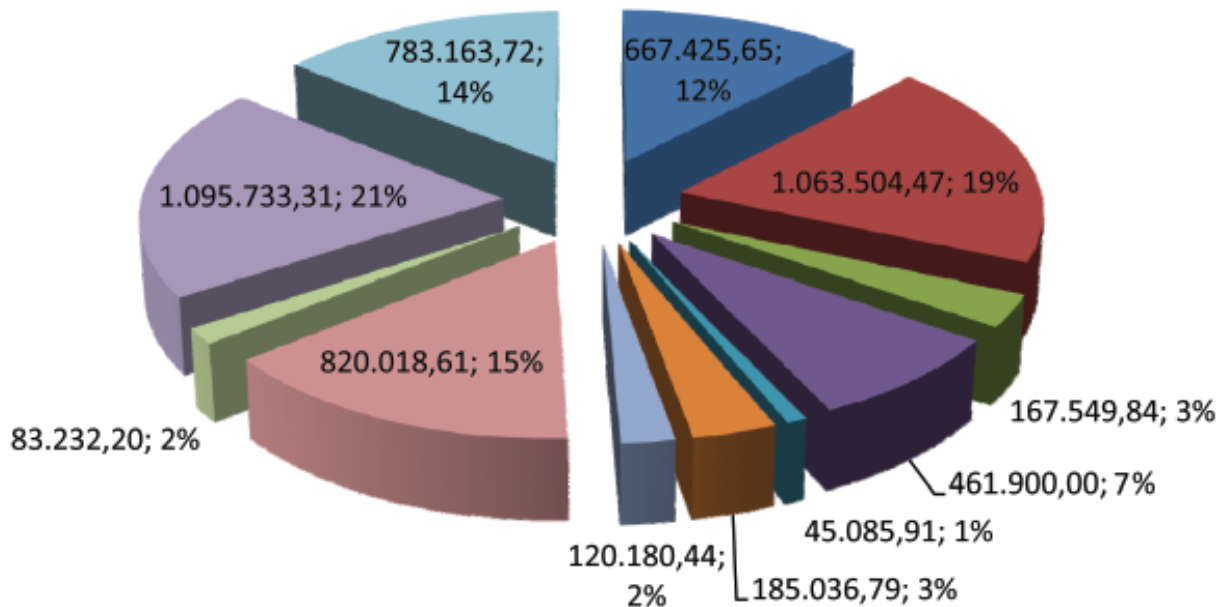
8. Padrão de Financiamento e Gestão de Riscos Agronômicos e de Preços => Adotar o seguro rural como política transversal a toda atividade agropecuária.
9. Qualidade de Produtos e Processos da Base Agrícola
10. Agroenergia
11. Segurança Alimentar e Nutricional
12. Assentamentos e Reforma Agrária => viabilização produtiva
13. Redução das Desigualdades Via Políticas Sociais
14. Redução das Desigualdades Via Políticas Urbanas

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

- Objetivo: Identificar uma carteira de investimentos em dez segmentos, tendo em vista a construção de uma nova trajetória de organização territorial do desenvolvimento nacional
- Método:
 - Levantamento dos investimentos previstos no âmbito do Governo Federal e na iniciativa privada (Carteira Preliminar de Investimentos)
 - Avaliações da Carteira Preliminar de Investimentos
 - Revisão da Carteira Preliminar de Investimentos à luz dos resultados das avaliações e dos insumos gerados pelos outros módulos do Estudo (Vetores de Desenvolvimento Territorial, Proposta de Pólos e Escolhas Estratégicas)
 - Investimentos complementares, re-localização de investimentos, re-estimativas de investimentos

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Investimentos Previstos 2008-2027 (R\$ Milhões)



- | | | |
|-----------------------------|---------------------------|------------------------|
| ■ Telecomunicações | ■ Energia | ■ Transportes |
| ■ Desenvolvimento Urbano | ■ Infra-estrutura Hídrica | ■ Ciência e Tecnologia |
| ■ Base Produtiva Industrial | ■ Base Produtiva Rural | ■ Meio Ambiente |
| ■ Saúde | ■ Educação | |

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

- Observações sobre a Carteira Final de Investimentos:
 - Energia e Transportes => os investimentos em infra-estrutura de energia e transportes se concentram no período de 2008-2011, em função da necessidade de enfrentar os estrangulamentos.
 - Base Produtiva Industrial => também se concentram em 2008-2011, dada a dificuldade da iniciativa privada em divulgar seus planos de investimentos de médio e longo prazo.
 - Habitação e Saneamento => os investimentos se concentram até 2015. Opção do Estudo em priorizar investimentos nesse período.
 - Educação, Saúde, CT&I, Meio-Ambiente e Desenvolvimento Rural => investimentos incrementados ao longo do tempo, com valores mais significativos após 2015.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS

- Objetivo: Analisar os impactos socioeconômicos da carteira de investimentos nas regiões de referência do Estudo e nos estados.
- Método:
 - Construção de **cenário tendencial** da economia brasileira, considerando os indicadores macroeconômicos como as projeções de crescimento do PIB dos estados e de cada microrregião do IBGE (chega-se às regiões de referência do Estudo).
 - Construção de **cenário a partir da suposição de implantação da Carteira Preliminar de Investimentos do Estudo**. Estimativas para o comportamento dos indicadores macroeconômicos e do PIB dos estados.
 - Construção de **cenário a partir da suposição de implantação da Carteira Final de Investimentos do Estudo**. Estimativas para o comportamento dos indicadores macroeconômicos e do PIB dos estados. Análise da diferença entre a Carteira Preliminar e a Carteira Final.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS

- Cenários setoriais e regionais => modelo de Equilíbrio Geral Computável nacional (TERM-CEDEPLAR), matriz insumo-produto interestadual e módulos de decomposição microrregionais (econometria espacial).
- Observações:
 - Os investimentos em desenvolvimento agrário, meio-ambiente, educação e saúde não puderam ser apropriados diretamente pelo modelo de impactos. Para efeitos dessa avaliação foram considerados na rubrica gastos do governo e não como investimentos.

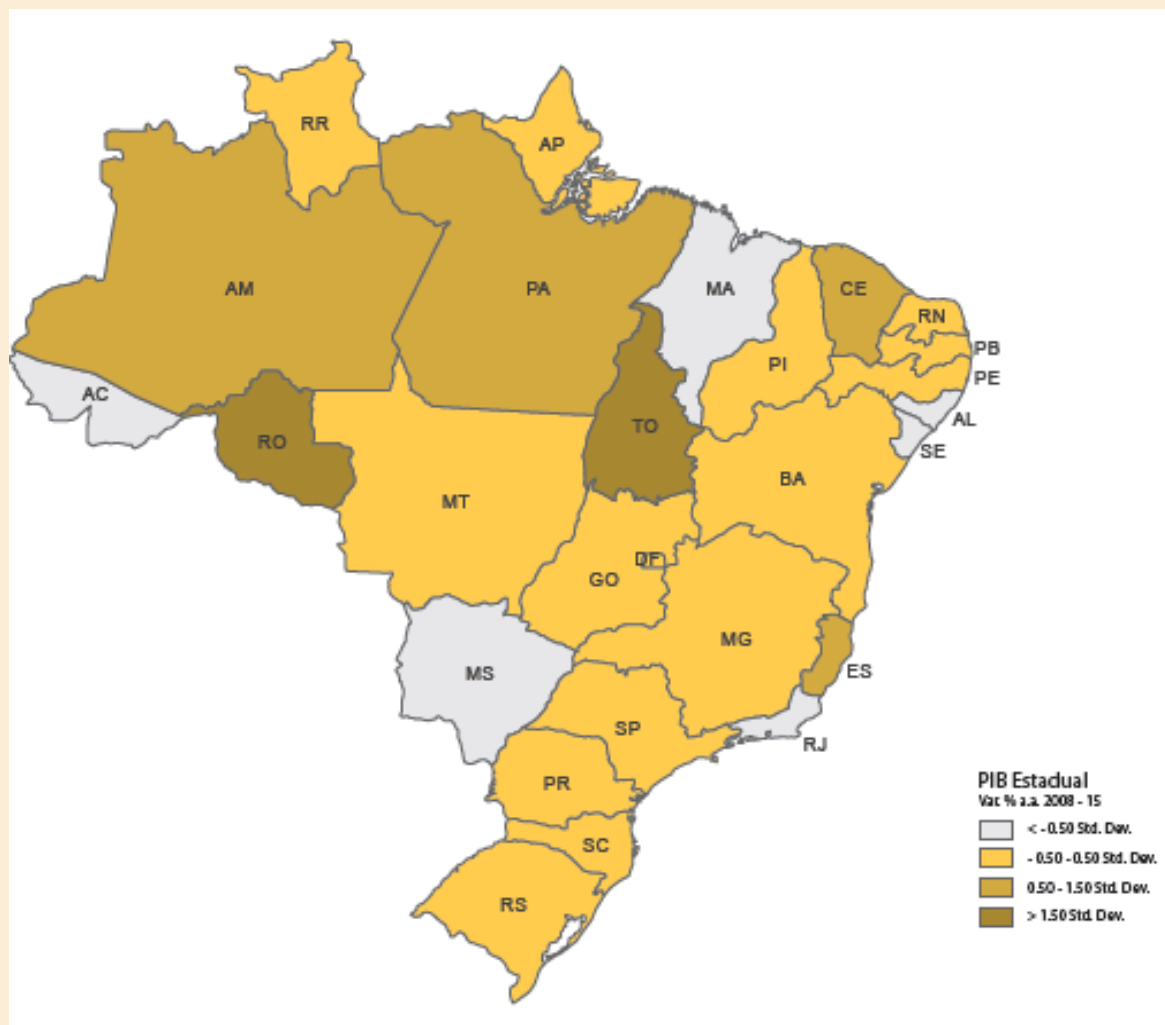
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS

- No segmento de “base produtiva industrial” da Carteira, foram considerados apenas os projetos de impactos relevantes (análise separada).
- Consideração apenas dos investimentos acima da tendência histórica da economia brasileira por agrupamento (“choque da carteira”).
- Simulações considerando dois momentos diferentes para os investimentos: curto prazo (impactos durante a fase de implementação dos projetos – 4 anos) e no longo prazo (impactos durante a fase de operação dos projetos).

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS

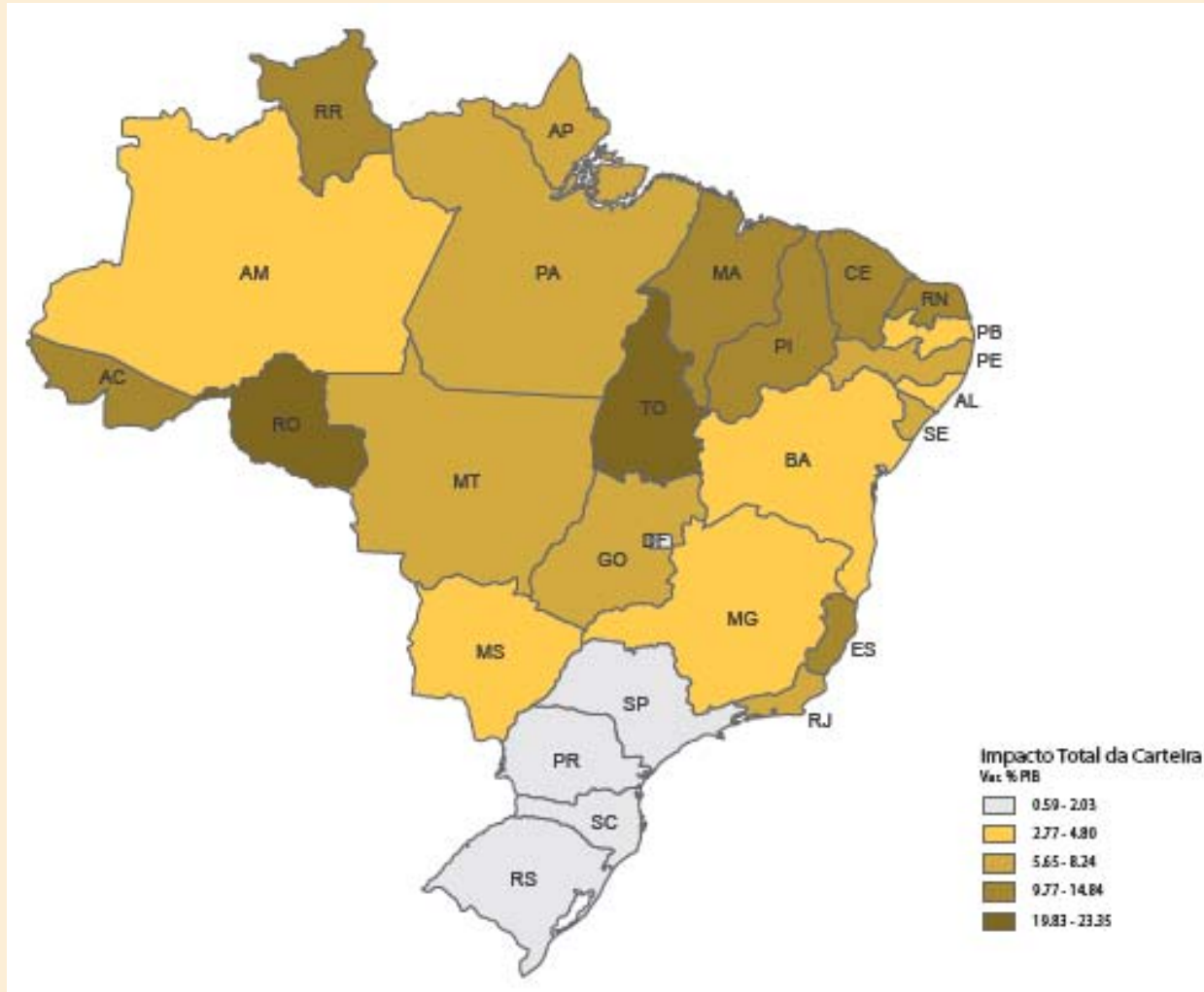
- Para fins de análise, a carteira foi dividida em 12 agrupamentos:
 1. **Petróleo e Gás:** extração e distribuição;
 2. **Refino:** refino de produtos do petróleo e petroquímica;
 3. **Recursos Hídricos:** integração de bacias e oferta de água;
 4. **Transporte Urbano:** investimentos metroviários;
 5. **Saneamento:** tratamento de água e saneamento;
 6. **Habitação:** popular e financiamentos;
 7. **Eletricidade:** geração, transmissão e distribuição;
 8. **Luz para Todos:** energia elétrica;
 9. **Biocombustíveis:** álcool e outros;
 10. **Rodovias:** intervenções localizadas no território;
 11. **Logística:** ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos;
 12. **Telecomunicações.**

Impacto Estadual da Carteira de Investimentos no CP Ano típico de construção (var% a.a.) – 2008-2015



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

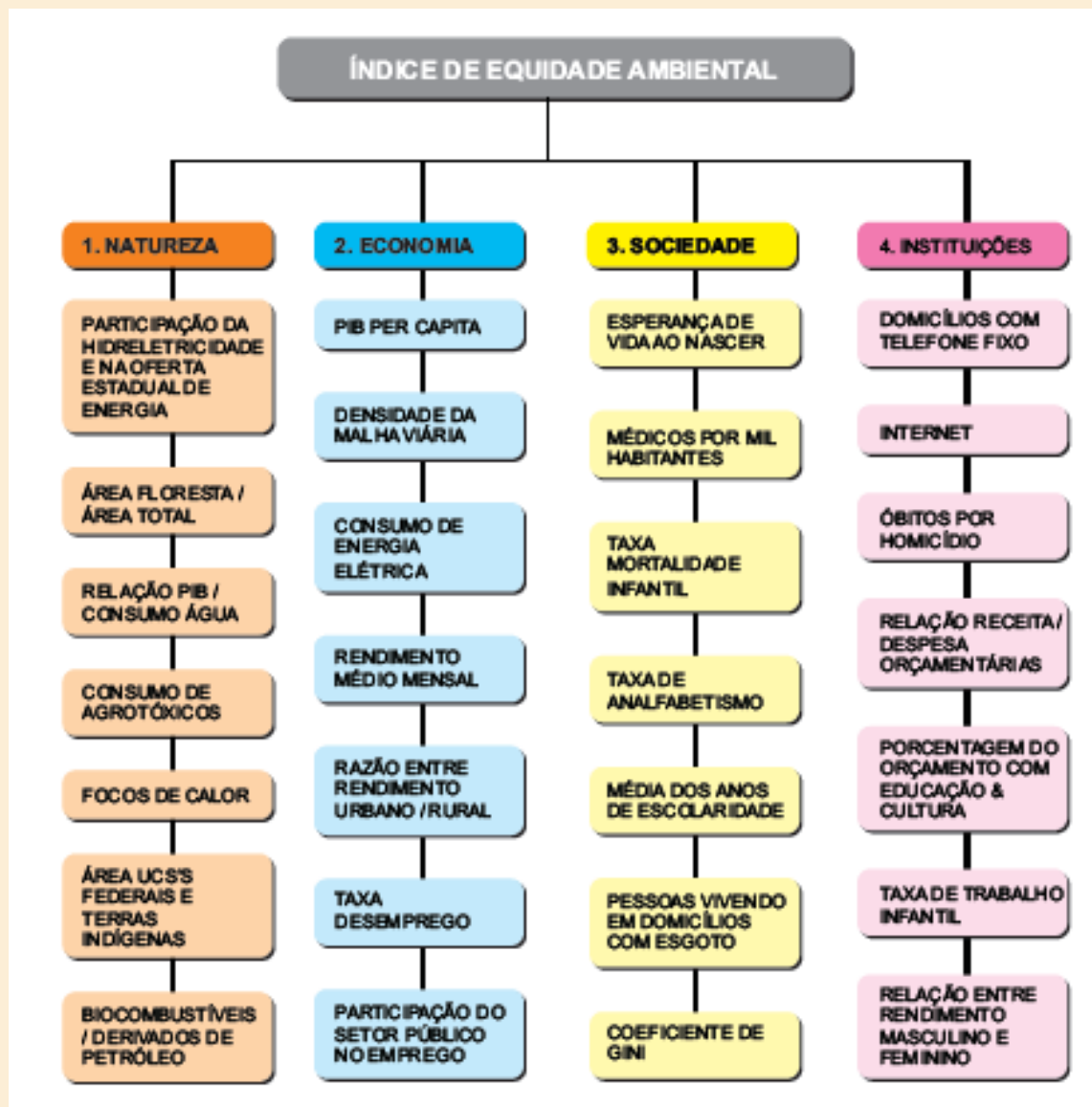
Impacto Estadual da Carteira de Investimentos no LP (var% do PIB Estadual)



AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

- Objetivo: Analisar os impactos ambientais, sociais, econômicos e institucionais da carteira de investimentos nas macrorregiões de referência do Estudo e nos estados.
- Método:
 - Montagem do *Baseline* a partir de dados estatísticos oficiais – alimenta os indicadores de cada uma das quatro dimensões (*Dashboard of Sustainability*).
 - Para a Carteira Preliminar, calculou-se índices para cada uma das dimensões. Esses índices referem-se a posição relativa de região/estado no conjunto da distribuição.
 - *Dashboard + IPAT-Studio* = cenários

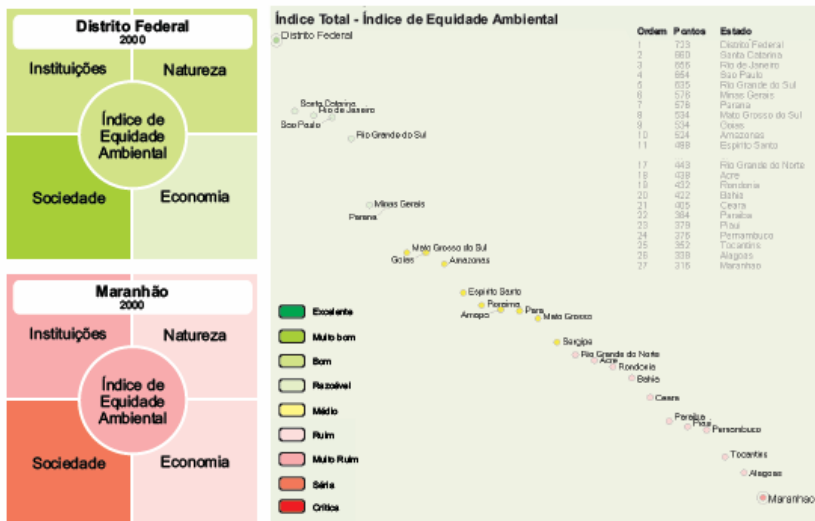
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



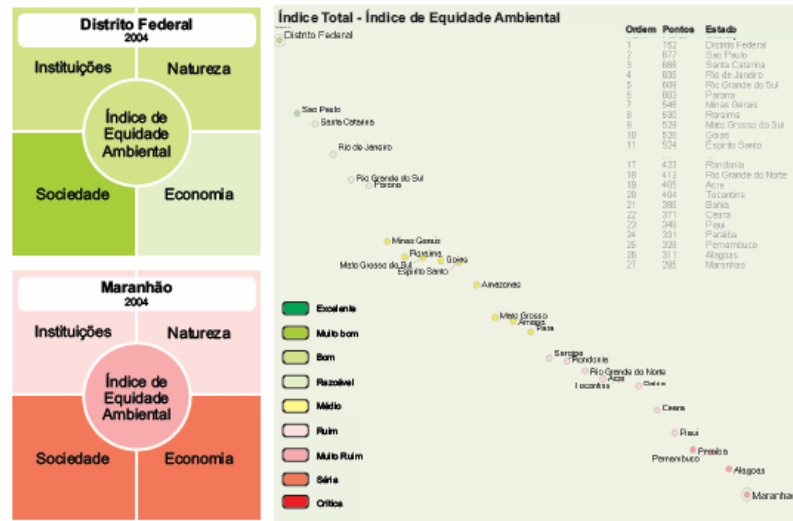
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

AValiação da Sustentabilidade

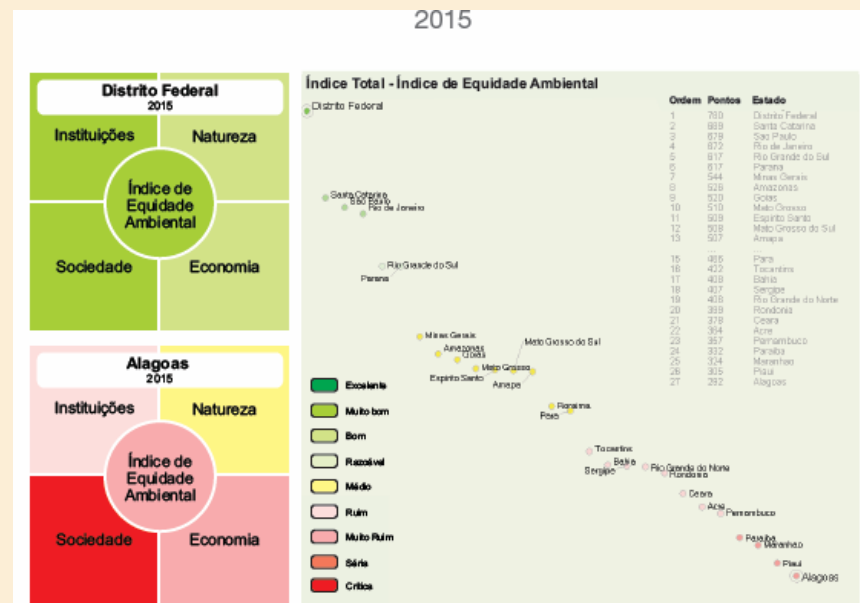
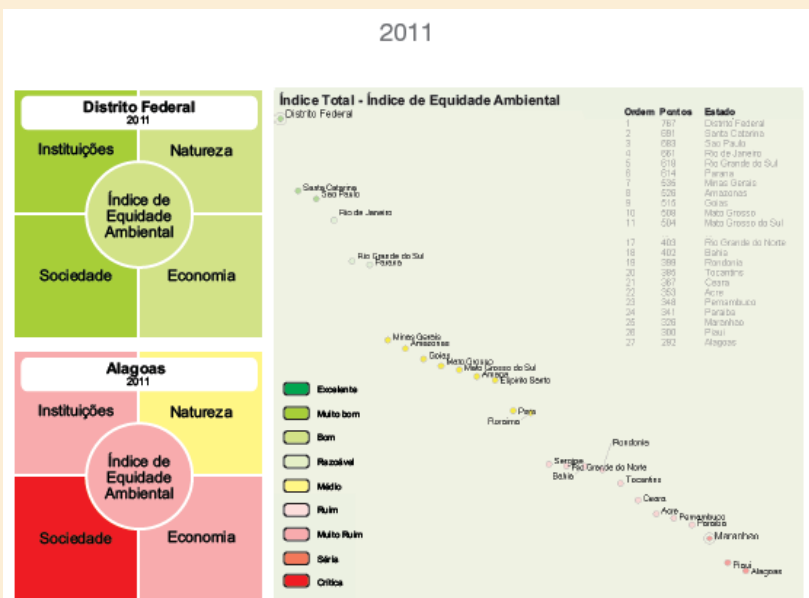
2000



2004



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO



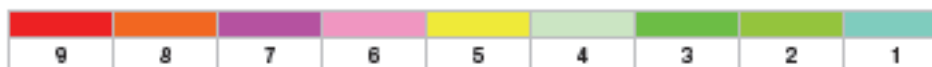
- Os estados mais favoravelmente impactados pela Carteira Preliminar, do ponto de vista do PIB *per capita*, são: Tocantins, Mato Grosso, Sergipe, Amazonas e Goiás.

AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

- Método:
 - Para a Carteira Final, utilizou-se matrizes de impactos e de respostas para avaliar os impactos dos investimentos.

Dimensão	Indicadores	Macrorregiões										
		Manaus	Belém-São Luís	Fortaleza	Recife	Salvador	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte	Sul	Brasil Central	Brasil Ocidental
Ambiental	Consumo Agropecuario	4	4	4	4	3	3	9	4	2	2	6
	Focos de Calor	4	8	9	3	4	4	4	3	4	2	9
Econômica	PIB per capita	3	8	9	8	2	4	3	2	4	4	4
	Densidade Urbana Média	9	9	7	2	8	4	4	7	4	8	9
Sociedade	Distribuição renda	6	2	9	9	2	6	3	4	8	2	3
	Analfabetismo	3	4	9	9	7	4	4	3	4	3	3
Institucional	Trabalho Infantil	4	2	9	6	4	3	4	4	2	3	6
	Violência Social	4	4	4	6	4	9	4	3	4	3	4
Síntese	Média	4	2	7	6	2	3	3	4	2	2	2

Escala de Valores



OBRIGADO!

www.planejamento.gov.br

eduardo.silva@planejamento.gov.br